

INTRODUÇÃO

IDENTIDADES, ALTERIDADES, LATINIDADES

Mary Garcia Castro*

“Identidades” e “globalização” são dois temas recorrentes das análises sobre as sociedades contemporâneas, nas quais é comum a referência à paradoxal relação entre ambos, vez que sugere que cada um se orientaria por vetores contraditórios, apontando, o primeiro, ou seja, a questão das “identidades” para localismos, trincheiras de sujeitos em agências coletivas e individualizadas, no âmbito de resistências e subalternidades; e, a “globalização”, para homogeneizações, dominações no campo da economia e da cultura, relacionadas à reprodução atual do capitalismo internacional, em seus nexos de expansão hierárquicos.

A propriedade da relação entre esses dois temas é, também, matéria bem explorada, recorrendo-se ora à base comum das reformatações desses, em/por ou contra perfilações da modernidade (mal-estar conceituais) ora à dialética que se estabelece entre, e em ambos os processos, o que não necessariamente resultaria em produtos de sentidos únicos, requerendo análises situadas. Ou seja, identidade como marcas destes tempos (Souza Ribeiro, 2000), não tem estatuto de

* Socióloga, pesquisadora da Universidade Federal da Bahia, Centro de Recursos Humanos, pesquisadora associada da Universidade Estadual de Campinas, Centro de Estudos de Migrações Internacionais-Brasil (Projeto Pronex) e bolsista do CNPq.

conceito explicativo, apontando para tendências que comportam diversas adjetivações, remetendo para distintos planos nos jogos da relação entre cultura e poder.¹

Por exemplo, Glick Schiller (1994, p. 1), ao introduzir o primeiro número da revista “*Identities-Global Studies in Culture and Power*” advoga que:

... globalização, ao invés de homogeneizar culturas, estaria produzindo ou perpetuando práticas culturais e diferenciando identidades. Em alguns casos, a reprodução de tais diversidades culturais seria causa de celebração. Mas, em outras circunstâncias, identidade construída sobre distinções culturais parece motivar batalhas por diferenciações nacionais em que as pessoas se debatem apaixonadamente em conflitos sobre por que bandeira lutar. A necessidade de análises sobre a relação entre cultura e poder tem sido uma exigência, considerando que políticas culturais emergem como formas de manter ou resistir a dominações.

Assim, *Identities*, ao aportar em diferenças culturais, estaria traduzindo um mal-estar com o sentido da “homogeneização global da cultura” defendida por autores como George Ritzer (1993), e, acrescentaria, questionando um ‘pensamento único’ ou uma só forma de estar na vida.² Por outro lado, a própria trincheira, ou seja, os investimentos em identidades, é contestada, já que a perspectiva de reforço à diferença cultural pode associar-se a uma dimensão essencialista, risco que autores de estudos culturais mais alinhados ou que desalinham a crítica cultural, consideram que seria evitado através da adoção de uma perspectiva relacional, enfatizando jogos de poder e elaborações simbólicas que, se apoiadas em histórias, em trajetórias re-elaboradas

¹ Ver entre outros autores que insistem nessa equação, Glick Schiller, 1994, Feldman-Bianco, 2000, Montero, 1997.

² *Apud* Montero (1997), que se refere à “McDonaldização do Mundo”, reduzindo, como bem crítica Montero, globalização ao império de padrões de consumo ‘*born in the USA*’.

por interesses, projetos, nomeações de lugares e vontades³ responderiam mais que os indicadores fixos à formação das “identidades”.

De fato, por exemplo, identidade nacional e identidade étnica são conceitos de trânsito relacional comum, o que subentende múltiplas relações no conhecimento crítico sobre a formação dos Estados Nacionais, já no século XIX. No caso das Américas e da África, reconfiguraria um discurso elaborado por outros atores e agências, sendo o poder colonial na região nomeado como o “outro”. Portanto, o discurso sobre identidade não é só datado, mas também assumido a partir de outros portos estratégicos, que não aportam somente no compartilhar uma língua, uma cultura, um território, uma posição fixa, desenhando-se também como movimento de separação e não ao azar.

Desta perspectiva, cultura e política se realimentam no que se entenderia por etnicidade – “um modo particular de consciência de si que legitima, a partir do uso simbólico de elementos culturais, reivindicações de direitos coletivos” (Montero, 1997, p. 63). Neste sentido, identidade étnica seria movimento construído em negociações e antagonismos de forças. Portanto uma não-posição.

Montero (1997) ressalta que um dos autores que mais se destacariam na antropologia, em defesa de uma perspectiva relacional nos estudos sobre identidade teria sido Fredrik Barth (1969) que, segundo aquela autora, deixou registro na produção antropológica brasileira,

³ Sobre perspectivas no debate acerca de identidades, entre outros, Hall, 1994. Ver, em especial, Montero, 1997, a respeito de como a “diferença cultural” foi historicamente ressignificada em distintas correntes da antropologia, a exemplo do evolucionismo e do funcionalismo, legitimando eurocentrismos, hierarquizações étnico-raciais, “submissão do diferente”, quer em nome de universalismos – “a natureza humana” – quer por reconhecimento de singularidades, domesticadas a um parâmetro de interpretação hegemônico, ou seja, do “outro”, um “não idêntico”, a ser conquistado ou a ser tolerado por aquele que se pretende “o mesmo”, o poder colonial. Já sobre ambigüidades na boa intencionalidade de ‘tolerâncias’, ver, neste Dossiê, o artigo de Celi Regina Pinto.

em autores tais como Roberto Cardoso de Oliveira, Manuela Cunha Ribeiro, Carlos Brandão e Sylvia C. Novais:

Para Barth, a ênfase tradicional nas diferenças culturais de língua, religião, filiação, etc., levava a uma classificação de grupos enquanto portadores naturais e espontâneos de heranças culturais que os distinguiam empiricamente. Ora, as identidades não resultam espontaneamente da pertença empírica a uma cultura. Seriam, ao contrário, conseqüência de um processo simbólico de autodesignação de traços culturais... Desse modo, a continuidade de uma etnia dependerá da capacidade de um determinado grupo de manter simbolicamente suas fronteiras de diferenciação, ou, dito de outra maneira, de sua capacidade de manter uma codificação permanentemente renovada das diferenças culturais que o distingue dos grupos vizinhos. (Montero, 1997, p. 63)

Hoje, por outros caminhos disciplinares, autores vinculados ao campo de estudos culturais, também acentuam o aspecto relacional e o redesenho simbólico mediando os embates de interesses (Feldman-Bianco, 2000), no apelo por identidades, conjugando os nexos entre delinear o “nós” e os “outros”. Alguns insistem que a ênfase em identidades na contestação da modernidade dar-se-ia pela negação de identificação com portos, o estado de situar-se, referindo-se a identidades como processos.⁴

⁴ No plano dos debates sobre identidades coletivas e movimentos sociais, são sugestivos, na linha de relacionar identidades a processos, os trabalhos de Alberto Melluci, para quem a busca por unidade não pressuporia necessariamente insistir em permanências. Segundo Melluci, a construção do sujeito coletivo, ‘nós’ implica a noção de unidade, que estabelece os limites de um sujeito e o distingue de outros; implica a relação entre dois atores, o que permite o reconhecimento mútuo. A noção de identidade sempre se refere a estes três traços: a continuidade do sujeito sobre e além das variações no tempo e sua adaptação ao ambiente; a delimitação desse sujeito em relação a outros; e a habilidade de reconhecer e ser reconhecido” (Melluci, 1995, “The Process of Collective Identity”. In: Johnston, H & Klandermans, B (ed) “Social Movements and Culture. Social Movements, Protest and Contentions” v. 4, Minneapolis: University of Minnesota Press-cit in Prado, 2000); Melluci e Laclau são autores que vêm sendo analisados em relação à questão de identidades coletivas e movimentos sociais. No Brasil, entre outros, por Marco Aurélio Máximo Prado, professor do Programa de Pós graduação em Psicologia da Universidade de São Marcos, São Paulo – a quem agradecemos o acesso a seu trabalho, ainda inédito, Prado (2000).

É emblemática a pergunta de Hall: “Quem necessita de identidade?” e sua advertência de que há que se aproximar do tema, colocando-o em suspensão – “*under erasure*”.⁵ Para Hall (2000, p. 7) o interesse atual por *identidades* associar-se-ia à crise de “velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social”, e, neste caso, relacionar-se-ia à fragmentação do sujeito. Assume, sujeito e identidade seriam noções que, mais que revelar crises, estariam exigindo mudanças analíticas.

As identidades, hoje, segundo Hall (2000) e Laclau (1990), entre outros, estariam sendo “descentradas”, tese que é objeto de amplo debate, que não retomamos aqui sistematicamente, mas que aparece de forma subliminar nos trabalhos de vários colaboradores deste número do Caderno, ao referirem-se às experiências singulares, que combinam nação, etnicidade, gênero, etc., para discutir identidades.

O artigo de Muñoz e Raiter sobre o discurso zapatista, sugere que aí o velho e o novo se re-concentram, defendendo que os zapatistas instauram um discurso novo, combinando, inclusive, referências, trânsitos identitários, permanecendo, no entanto, como sujeitos em unidade de oposição, incorporando um ‘sentido em si’, ou seja, insistindo num projeto de mudança social radical, contra “um outro” (o capitalismo contemporâneo). Em outro artigo, Muñoz e Raiter (2000) criticam Laclau, autor que lida com identidades coletivas, apostando na combinação entre a descentralização de sujeitos e a descentralização de projetos sociais.⁶ Este mesmo autor, por outro lado, é acessado

⁵ Ver também recorrências a esse autor, neste número, nos artigos de Mary Garcia Castro e no de Fernando Urrea e Pedro Quintin Quilez).

⁶ Raiter e Muñoz (2000, p. 17) defendem que o discurso zapatista inscreve-se em uma “rede discursiva de esquerda” mas que difere de outras esquerdas. Rejeitam o conceito de “significante vazio” de Laclau para análise de discurso, considerando que os zapatistas têm signos ideológicos claros (“justiça-liberdade-democracia”) com valores orientados a projetos de

com simpatia no texto de Célia Regina Pinto, também neste Caderno, pela proposta de relacionar identidades particularizadas a um universal, sem conteúdo próprio, um “significante vazio”.⁷ Citamos aqui um dentre muitos debates, nem todos explicitamente assumidos, para ilustrar a parcialidade de qualquer mapeamento sobre um campo polêmico, de multifacetada abordagem, que é este do debate sobre “identidades”.

A defesa da descentralização do sujeito leva a que Hall empregue identidades de forma adjetivada, referindo-se mais às “identidades culturais”, “aqueles aspectos de nossas identidades que surgem do nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, lingüísticas e, acima de tudo, nacionais” (Hall, 2000, p. 8).

De fato, além da ênfase na perspectiva relacional, outra marca contemporânea do debate sobre identidades, sublinhada por autores de estudos culturais, entre outros, é a fluidez das identificações, sujeitas a re-combinações e deslocamentos, segundo projetos que podem ser móveis, orientar-se por vontades, organizações simbólicas e, claro, condicionar-se por cenários da economia política. É quando se enfatizam as negociações entre identidades, hibridismos, migrações de/entre sentidos – o que não necessariamente se confunde com a

transformação social, contra outros bem definidos (argumento também desenvolvido no texto daqueles autores neste Caderno). “[El enfoque] al rededor del concepto de significante vacío – que define como aquel que remite a lo que está ausente en una información social...cuyo mérito principal consiste en evitar el sustancialismo de las categorías políticas lo hace al precio de restar capacidad explicativa al análisis del discurso como disciplina”.

⁷ Laclau é referência comum em debates sobre modernidade, identidades coletivas e movimentos sociais de recusa ao capitalismo tardio, sendo também objeto de ampla polêmica em escritos marxistas por sua defesa do que nomeia ‘democracia radical’ em contraste com debates marxistas clássicos sobre o lugar da classe operária e da luta de classe (ver alguma referência aqui no texto de Castro). Entre os trabalhos de Laclau, ver Laclau (1990). Ver desdobramento dessa tese em Pinto, neste Caderno, e, na nota 6, a crítica de Muñoz e Raiter ao enfoque de “significante vazio” na análise do discurso.

defesa de “identidades múltiplas”, resultados de simples ajuntamentos, e perspectiva por multiculturalismo.⁸

Ainda que para este número do Caderno CRH tenhamos selecionado textos voltados, em sua maioria, para questões da contemporaneidade, destacando análises sobre latino americanos(as) desterritorializados(as) (latinos(as))⁹ – o “outro próximo” ou o “mesmo não reconhecido” – e, por outro lado, que se reconheça que nunca se apelou tanto para o termo “identidades” como em tempos recentes, tempos de questionamentos de sentidos da modernidade, há que reconhecer-se que apesar de ser um termo datado¹⁰ e marcado por identidades disciplinares, ele não é propriedade nem de uma época, nem de uma disciplina. Neste sentido divergimos de Montero (1997), que enfatiza a propriedade da antropologia contemporânea na recorrência à questão da identidade.

Por outro lado, se o conhecimento no século XIX e início do século XX associava “identidades” aos debates sobre Estado-Nação e nacionalismo, questionando, inclusive, a unidade do “Outro”, ou “do que não é o Mesmo”, ou seja, Estado colonial, hegemônico – hoje o debate sobre identidade reapropria-se de múltiplas referências relacionais, poderes e projetos de diferentes coletividades: identidades de gênero, de classe, de raça, de nacionalidades, etnicidade micro-referenciada, entre outras, que singularizam linguagens na identificação comum de processos de codificação hierárquicos do que não é o

⁸ Ver, entre outros, texto crítico sobre tais elaborações, em Bhabha (1996).

⁹ Latino-americanos que vivem fora da América Latina, em especial nos EEUU.

¹⁰ Hall (2000, p. 10), por exemplo, reconhece três concepções de identidade, influenciadas por periodizações epistemológicas relacionadas à mudanças tecnológicas e político-culturais da modernidade e da globalização (sendo aquela, na modelagem do autor, que tomar como referência Giddens, inerente a essa): “a) sujeito do Iluminismo; b) sujeito sociológico e c) sujeito pós moderno”

“mesmo”, e que pode não se pretender estático, ou identificado com referências estáveis. Ora, “o que não é o mesmo” é estranho, estrangeiro, e não é ao azar que seja emblemático privilegiar-se, nos estudos culturais, os povos em diáspora (Feldman Bianco, 2000): a figura do migrante, as chamadas ‘minorias étnicas’, aqueles que estão fora do lugar, as identidades que não se identificam, ou são identificadas como destoantes, identidades em trânsito, que negociam várias, sem reproduzir referências em tais combinações, os chamados povos “*in between*”.¹¹ Ver neste número, os trabalhos de Arlene Davila, Agostin Lao (no Dossiê) e Juan Flores (em Pontos de Vista), sobre Latino-americanos nos EEUU (os Latinos), ilustrações de uma rica literatura que em muito viria contribuindo para o campo de debates sobre identidades e hibridismos entre nacionalidade, classe, gênero e etnicidade.

No caso do migrante, justapõem-se níveis de referências identitárias não necessariamente em harmonia, entrelaçando-se, num quadro conflitual, interesses de Estados, de cidadãos e cidadãs, sem correspondência linear entre tais níveis. O caso das migrações entre Cuba e EEUU e os sentidos atribuídos a tais fluxos por cubanos e cubanas, bem caracteriza a complexidade de conjugar níveis de referências, questionando a linear associação entre Estado, sociedade e indivíduos (ver o trabalho de Ernesto Rodrigues Chavez, neste número), ou que, na micro-política, essas associações e embates sejam referências assumidas na dinâmica dos movimentos, migrações.

Não é também ao azar que se multiplicam pesquisas comparativas, trabalhos de referências variadas nos diálogos transculturais, com o objetivo de dar corpo ao conceito, sem fixar-se em fronteiras. Quando

¹¹ Expressão usada pela poetisa Porto-riquenha que vive nos EEUU, Sandra Cisneros (1991) *apud* Castro (2000).

tais buscas apelam para corpos imaginados, instaura-se um debate crítico sobre o termo identidade, que, ainda que sugira pontos de referência, paradoxalmente, não resiste a um único mapeamento, a uma única definição teórica. Haveria, portanto, que afastar discursos sobre identidades dos enfoques que as fechem em estereótipos, estigmas, guetos, essencialismos, arriscando, inclusive uma implosão “conceitual”, parte do repertório de motivos de alguns autores que mais apostam em não-identidades e ‘des-identificações’.¹²

Ao apelar-se para ‘não-identidades’ ou à crítica dialética à política de identidades, defende-se que a mais subversiva das identidades, não se limita necessariamente a inclusões, mas reivindica um vir a ser, negando “o mesmo”, no poder.

* * *

Neste número do Caderno CRH, temas de diferentes “idades”, encontram-se e permeiam os debates contemporâneos sobre **identidades**, **alteridades** e **latinidades**, em ensaios que em alguns casos traçam fronteiras e em outros confundem modernidades.

No sentido de demarcar nexos entre cultura e poder, atentos aos trânsitos, destacam-se propostas como a da revista *Identities* (Glick Schiller, 1994),¹³ e a do programa ao qual se filiam a coordenadora

¹² Preocupação de Raymond Williams, e do também marxista, crítico literário, Terry Eagleton e da feminista, Judith Butler – ver alguma referência a esses autores em Castro, neste número).

¹³ “O ponto central de partida para *Identities* é a relação entre cultura e poder. Abrimos nossas páginas para explorações de múltiplos processos pelos quais representação cultural, dominação e resistência se interrelacionam, interpenetram e interseccionam. ... Chamando por novas análises de relações entre cultura e poder, incluindo o papel da academia em tais relações. *Identities* fala de uma posição diferente daquela que em nome do pós-modernismo e do relativismo, deixa de lado a necessidade e a possibilidade de análises sociais. Ao mesmo tempo, acolhemos o desafio que emerge do impulso pós-modernista, de mover-se além das fronteiras de nossas prévias categorias e referências” (Glick-Schiller, 1994, p. 2).

deste Dossiê – o programa de pesquisas “Identidades. Reconfigurações de Cultura e Política (Estudos de Migrações Transnacionais de Populações, Signos e Capitais) – Universidade de Campinas/Centro de Estudos de Migrações Internacionais e Universidade Federal da Bahia/Centro de Recursos Humanos – Núcleo de Excelência Pronex/ Ministério de Ciência e Tecnologia/FINEP – coordenação Bela Feldman-Bianco).¹⁴ Princípio similar estaria subjacente à organização deste número, já que aqui se ressaltam os hibridismos, alteridades, negociações e subversões de codificações identitárias em tal entrelace de cultura e poder (ver nota 6).

Em vôo de pássaro, a seguir, algumas notas sobre os textos que compõem este Caderno (Dossiê, Artigos e Ponto de Vista) e que versam sobre identidades, alteridades e ‘latinidades’. Antes, porém, algumas referências sobre a gestação não só deste número mas também do próximo que versará sobre a temática de identidades, da perspectiva do Estado, Nação e Etnicidade sob a coordenação de Eneida Cunha Leal.

Abordar a temática da identidade por diferentes entradas no âmbito dessa revista, foi projeto concebido originalmente por Eneida

¹⁴ “Projeto interinstitucional e transdisciplinar de pesquisas comparativas sobre fluxos transnacionais de populações, signos e capitais (1998-2002). Enfatiza estudos de caso empíricos, incluindo comparações no plano internacional para a compreensão da articulação entre políticas de exclusão e inclusão de Estados-Nação. Quer focalizando situações de imigrantes na história, quer privilegiando experiências contemporâneas, os estudos em andamento têm como objetivo fornecer subsídios comparativos para o exame de continuidades, transformações, reinvenções e reconfigurações políticas e culturais face aos processos de reestruturação da economia política global e de globalização da cultura” (Feldman-Bianco - folheto sobre o Programa, 1998). Quatro linhas de pesquisa integram o Programa. Relacionando-se à linha de pesquisa “Nação e diáspora” desenvolve Eneida Cunha Leal estudos comparativos entre Portugal e Brasil, destacando construções de Nação, e a partir desse marco de questões de etnicidade, relações racializadas em debates sobre identidades. Mary Garcia Castro desenvolve estudos críticos sobre políticas de identidade, voltados para nexos e casos no Brasil e EEUU, destacando migrações de idéias e transculturações em movimentos sociais (sindicalismo e feminismo) e resistências de Latinos e Latinas, a dispositivos de migração, pelo Estado, nos EEUU.

Cunha Leal,¹⁵ da área de Letras, também colega do Programa antes mencionado (UNICAMP/CEMI e UFBA/CRH). Nossa busca por artigos foi bastante frutífera, ultrapassando os limites editoriais de um só número. Daí resultou a composição de dois dossiês temáticos em volumes diferentes da revista, os quais gravitando em torno do debate amplo sobre identidades, têm, no entanto, nortes singulares. Neste, mais se aporta na perfilação de autores latino-americanos nos EEUU (os/as Latinos/as) sobre a cultura e a modelagem de uma ou várias Américas Latinas des-territorializadas no Norte e viagens de migrações, resignificando, portanto, alteridades em/entre corpos, de cores e espaços variados, em culturas diferentes e por embates, poderes. No seguinte, organizado por Eneida Cunha Leal, a temática Estado, Nação e Etnicidade, entre outros portos, estarão mais representados no próximo dossiê.

Neste número, um primeiro bloco de artigos mapeia, através de diferentes matizes, as apreensões do conceito de identidades e seus correlatos. Mary Castro ressalta posições de autores marxistas e viaja até autoras Afro-latinas, nos EEUU, frisando a importância de em políticas de identidades, considerar-se, terras, corpos, processos e projetos sociais. Já Celi Regina Pinto, destacando jogos de poder, acessa uma referência à questão da tolerância comum, no plano de políticas, advertindo que, embora hoje tanto se insista em discursos de convivência, cenários de exclusões, miséria e outras violências, relativizam-se as possibilidades de tais enunciações, ou seja, o exercício da tolerância. A autora reflete sobre a crítica comum à celebração dos sujeitos descentralizados (Williams, 1976 e Hall, 2000), ou seja, os limites de movi-

¹⁵ Expresso meus agradecimentos a Eneida Cunha Leal por seu convite, considerando que intelectual e afetivamente ela é também co-coordenadora deste número, inclusive porque nosso convívio intelectual, a admiração e o afeto que lhe tenho, muito me estimularam tanto em investir em contatos como em outras tarefas do engendramento deste número.

mentos sociais que de “tão multifacetados, perdem a capacidade de se apresentar como interlocutores ou mesmo como pólos de articulações de lutas”. A autora ainda analisa outro complicador nos debates sobre identidades, a dimensão do universal e seus embates com a noção das diferenças.

Os artigos de Agustín Lao-Montes e de Arlene Davila discutem sobre o latino americanismo nos EEUU, também designado por *Latinidades* – termo que esses autores, assim como Juan Flores (na seção *Ponto de Vista*) discutem e criticam, reconhecendo modismo, produção por “outros” de conhecimento e poderes (“discurso colonial”, segundo Lao-Montes), homogeneização ou aplastamento do diverso, de distintas nacionalidades, fetichização no mercado, reduzido à língua (segundo minha leitura do artigo de Davila) mas com potencialidades de “crítica pós colonial”, na história do saber acadêmico e militante, segundo Lao-Montes.

Lao Monte discute trajetórias político-culturais do campo acadêmico nos EEUU em torno dos “estudos latino americanos” e dos “estudos latinos”. Ou seja, a “genealogia do latino-americanismo” em terras do Norte e as demarcações nessas das Américas; ou, parafraseando o que José Martí,¹⁶ apelaria para um latinoamericanismo contra o pan americanismo “imperialista dos EEUU da doutrina Monroe, em 1823”, hoje os estudos latinos seriam privilegiados por agências de financiamento nos EEUU, enquanto, segundo o autor, estudos construídos por saberes também militantes, como os estudos porto riquenhos e chicanos (mexicano/norte americanos) se deparariam com restrições orçamentárias. Tal paralelo também é feito por outros autores re-

¹⁶ Em seu período de exílio em Nova Iorque refletiu sobre ‘fazer’ de “la América Nuestra (la América Mestiza)” e demarcações em relação a ‘la outra América’

ferindo-se ao estímulo a estudos sobre multiculturalismo e a marginalização dos centros de estudos da africanidade.

Recorre Lao-Monte a uma ampla literatura, desvendando projetos de Américas e de Américas Latinas em modelagens acadêmicas no Norte e, nessas, silêncios e afirmações quanto a “outros” em tais “outras”, “colonialidade, etnicidade, racismo” além do “culto à novidade e concepções sobre americanidade”. Arlene Davila, por sua vez, focaliza ‘latinidades’ a partir de pesquisa sobre a ‘indústria de marketing hispânico em Nova Iorque’, na qual apagam-se diferenças, contradições, conflitos em nome de uma homogeneidade definida por uma identidade comum compartilhada, “a da latinidade”, especialmente pelo fato de falar uma língua, ou seja, segundo a Autora – “a idéia da América Latina como mercado homogêneo simplesmente transposto para dentro dos limites do território norte americano” (Davila, neste número).

Alguns autores, neste número, destacam o *rap*, como narrativa identitária, privilegiada por jovens de setores populares, que assumem a etnicidade na forma de resistência e linguagem de denúncia da violência, combinando globalização cultural e localismos (ver Wivian Weller, Urrea e Quintin Quilez.).

Na análise comparativa desenvolvida por Wivian Weller sobre “construção de identidades coletivas através do *hip hop*...entre *rappers* negros em São Paulo e *rappers* turcos alemães em Berlim”, destaca-se como o “importado” torna-se cultural e politicamente “próprio”. A autora identifica diferentes projetos políticos entre *rappers* turcos na Alemanha – e.g., uns de linha nacionalista *versus* outros de linha internacionalista ou uma “identidade híbrida que permita integrar a cultura oriental de origem à cultura ocidental ou européia. Analisa o mesmo

fenômeno entre jovens negros da periferia de São Paulo – aqueles que se expressam em termos de contestação *versus* os que defendem a inclusão social. Tal exercício de quebrar totalidades conceituais, ilustraria limites de leituras de sentido único na discursiva musical *hiphop* – alienação ou movimento de crítica social. Inclusive, destaca a Autora que o “*rap* passou a ser visto como um veículo de comunicação ou de diálogo entre a periferia e o centro de São Paulo ou entre migrantes e alemães em Berlim”.

Gênero, classe, geração e raça são referências identitárias combinadas em estudo sobre masculinidade entre jovens de setores populares, de predominância negra, em Cali (Colômbia), por Urrea e Quintin Quilez (seção de Artigos desta revista). O estudo de Urrea e Quintin Quilez, identifica através de trajetórias individuais, códigos de exclusão social pautados por violências de uma sociedade de classe, lembrando como, no âmbito das relações intra grupais entre os pobres, por exemplo, são reproduzidas violências que vitimizam negros, mulheres e homossexuais, entre outros, estratificando-se exclusões, privilegiando uma “masculinidade de gueto”, o que conviveria com outros processos, como novas enunciações de masculinidade.

Dentre os artigos que apresentamos neste volume,¹⁷ alguns estão referidos a outros países na América Latina territorializada: Urrea e Quintin Quilez – Colômbia – e Raiter e Muñoz – México – sobre o discurso Zapatista); e desterritorializada, através da migração para a América de lá (Lao-Monte, Davila e Juan Flores) ou quase proto-migrantes, como cubanos com intenção a migrar (Chavez – seção Artigos). Tal seleção sugere, sub-repticiamente, que nos estudos sobre identidade nacional, ou de grupos em subalternidade, no Brasil, falta

¹⁷ Aqueles que integram o Dossiê Temático, a seção de Artigos e a de Pontos de Vista.

ousar em estudos comparativos, propiciar redes transnacionais, olhar o que não é próximo e o que “não é o mesmo” – as alteridades – mas que comparte histórias comuns, desde que se focalize as trocas desiguais entre as Américas, bem como as histórias de resistência anti imperialista. Quem é o vizinho, a América que se avizinha e a que adentra “a Outra”, impondo alteridades subalternas?

Pesquisando pessoas que estariam com o propósito de deixar o país, em Cuba, Chavez, após traçar a história recente da migração dos cubanos para os EEUU, no quadro do confronto bilateral entre Cuba e EEUU, no âmbito do qual se manipula também políticas migratórias, analisa embates entre identidades de Nação – projetos de coletividade e instrumentalidades de Estado – e afirmação de identidades individuais, ou seja, “a complexidade das motivações e aspirações ao nível individual”, o que não necessariamente se confunde com pré-disposição contra a perfilação identitária da revolução cubana. Sugere o Autor uma peculiar ironia na equação indivíduo/sociedade-Estado, i.e., a confusão entre expectativa por mobilidade social, na qual a migração aparece como meio para mudar ou para satisfazer aspirações individualizadas e a socialização por mudanças, identidades de transito, ou em/por movimento. Tal confusão ou associação, complica-se ainda mais, segundo o Autor, porque a emigração não necessariamente seria o “caminho mais desejável para o país como forma de mobilidade social ascendente”.

A moda por música, dança, comida, expressões de cultura latino-americana em uma cidade como New York (cultura “latina”) é moto para o ensaio de Juan Flores sobre o consumo “do outro” (em Ponto de Vista): o seu não reconhecimento ou mudanças na sua posição social – “moda...idéia subliminar de alteridade.... e os latinos al-

cançaram uma ubiqüidade e tal proeminência que viriam-se convertendo em formadores de gostos e tendências”.

Flores adverte que “a notoriedade pode servir tanto para iluminar como para obscurecer, sobretudo quando se limita quase exclusivamente a formar parte do imaginário comercial”. Flores insiste, ainda, nos limites de identidades culturais, considerando a marginalização econômica de populações latino-americanas em New York (os latinos). Toca também o autor num ponto que vem despertando interesse em estudiosos sobre migrações para os EEUU e que desestabiliza a romântica noção de solidariedade por identidades especializadas. Referimo-nos à questão da convivência étnico racial entre povos de diásporas, qual seja, os conflitos entre negros e latinos, entre esses e asiáticos, por exemplo. Os latinos, conviveriam com situações de alteridade, de vitimização comum aos negros, de subalternidade no sistema de hierarquizações étnico raciais nos EEUU – Latino seria conceito que, segundo Flores, implicaria em alteridade, “gente de cor”, “gente não branca”, mas haveriam estímulos para a recusa de alianças entre negros e latinos e a possibilidade de maior identificação desses com os brancos, “dilemas inter-raciais”. Flores reivindica literatura de autores latinos, homens e mulheres, como os porto-riquenhos, que ressaltam a convergência entre pertença racial, ser negro/negra e ser porto-riquenho(a) como portal para as relações entre latinos e “negros norte-americanos”, os mais próximos em terras de exílio para povos “que vivem no meio” (*in between*).

Fechamos essa Apresentação com algumas considerações sobre o artigo de Raiter e Muñoz sobre o discurso zapatista, que a nosso juízo contribui com outras saídas para os debates sobre identidades e sujeitos,

modernidades e pós modernidades, além de contribuir para elucidar disputas sobre diversidade, descentralizações e mortes do sujeito.

É sugestivo o questionamento do artigo de Raiter e Muñoz sobre o discurso zapatista: será esse “*um nuevo discurso o um discurso emergente?*”. Interpelam agência destacada no debate sobre identidades coletivas (Prado, 2000), os movimentos sociais (ver nos artigos de Castro e de Pinto, tal chamada). Tendo como “corpo de análise” os discursos do sub-comandante Marcos do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), os autores debatem o que consensualmente vem-se chamando de “um novo discurso de esquerda”, destacando a dialógica na retórica zapatista, seu não enquadramento em um só gênero de discurso, variando de registro segundo os interlocutores, enquanto certas referências seriam acentuadas, como a participação associativa, a autoria ampliada, o reconhecimento de que há leis de mulheres e vozes, leis de homens, assim como urgências da terra. Certos signos seriam reiterados ao longo do curso de vida do movimento como “democracia, liberdade e justiça” ainda que assumissem demarcações por valores próprios, como a percepção de entender democracia, na forma de um “mandar obedecendo”¹⁸ – ou seja identidade e alteridade estariam associadas, o que não significaria descentralizações nômades¹⁹ ou instrumentalismo camaleônico, pois valores eixos são sublinhados, e a comunidade (“de los hombres y mujeres verdaderos”) é diferenciada

¹⁸ *Fue nuestro camino siempre que la voluntad de los más se hiciera común en el corazón de los hombres y mujeres de mando.... Así nació nuestra fuerza en la montaña, el que manda obedece si es verdadero, el que obedece manda por el corazón común de los hombres y mujeres verdaderos....Y vemos que este camino de gobierno que nombramos no es ya camino para los más, vemos que son los menos los que ahora mandan y mandan sin obedecer, mandan mandando....* (in “Declaración, mandar obedeciendo CCRI-CG do EZLN, apud Raiter e Muñoz, neste número Caderno CRH).

¹⁹ Em outro artigo os autores recusam a classificação do discurso zapatista como pós moderno, Raiter e Muñoz-2000).

“do Outro”, ao qual se quer opor: “o discurso dominante dos anos 90, o neoliberal”.

No caso do discurso zapatista, a descentralização de sujeitos, é outra, não se esgota na diversidade, não se deslumbra com a diferença, não apenas se opõe ou apela para rupturas e para confusões entre identidades, afirmando outra identidade. Apela para cultura de raiz, busca identificações, amplia hoje alianças, solidariedades, pois, segundo o sub comandante Marcos (1995), os que estão lutando contra o neoliberalismo “somos todos mexicanos”. Por outro lado, identifica-se Marcos com diferentes lutas, em diferentes lugares, “enumera su identidade diciendo que es ‘gay en San Francisco, negro en Sudáfrica, chicano en San Isidro, anarquista en Espana, palestino en Israel.....feminista en los partidos politicos, comunista en la post guerra fria.....’”(apud Reiter e Muñoz, 2000). Atrilhando identidades a um projeto de liberdade, confundem, também, tempos, histórias na história. Perguntam, Raiter e Muñoz, sobre o movimento: “*es Zapata o es el EZLN?*”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHABHA, Homi K. Culture’s in-between”. In HALL, Stuart, Du GAY, Paul. **Cultural identity**. Londres: Sage Publication, 1996. p. 53-60.

CASTRO, Mary. Transidentidades no local globalizado. Não identidades, margens e fronteiras: vozes de mulheres latinas nos EUA. In: FELDMAN-BIANCO, B., CAPINHA, G. (Orgs.) **Identidades. Estudos de cultura e poder**. São Paulo: Hucitec, 2000. p 149-175.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Identidades. In: FELDMAN-BIANCO, B., CAPINHA, G. (Orgs.). **Identidades. Estudos de cultura e poder**. São Paulo: Hucitec, 2000. p 13-19.

GLICK SCHILLER, Nina. Introducing identities: global studies in culture and power. **Identities**. New Jersey, v. 1, n. 1, 1994. p 1.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HALL, Stuart. The question of cultural identity. In: **THE POLITY reader in cultural theory**. Cambridge: Polity, 1994. p. 119-125.

LACLAU, Ernesto. **New reflections on the revolution of our time**. Londres: Verso, 1990.

MELUCCI, Alberto. A experiência individual na sociedade planetária. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 38, 1996.

MONTERO, Paula. Globalização, identidade e diferença. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 49, p 47-64, nov., 1997.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. **Processo identitário e antagonismos contemporâneos: notas e perspectivas de compreensão dos significados dos movimentos sociais**. São Paulo: Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade São Marcos, 2000. (não publicado).

RAITER, Alejandro Guillermo, MUÑOZ, Irene Inés. El discurso zapatista, un discurso postmoderno? Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2000. (não publicado).

SOSA RIBEIRO, Antonio. Prefácio. In: FELDMAN-BIANCO, B., CAPINHA, G. (Orgs.). **Identidades. Estudos de cultura e poder**. São Paulo: Hucitec, 2001. p 7-11.

SUBCOMANDANTE MARCOS. A flor prometida. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 02 abr., 1995. p 1-22.